

Os índios e as eleições municipais no Acre

Marcelo Piedrafita Iglesias

As recentes eleições municipais contaram com uma participação de candidatos indígenas nunca vista na história do Brasil e de vários estados da federação.

Nas três semanas seguintes ao pleito, dados agregados mapeando e quantificando esta participação foram sistematizados em documentos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), disponibilizados na internet no site www.cimi.org.br. Produzidos com base em informações coletadas junto aos Regionais do Conselho, lideranças indígenas e Tribunais Regionais Eleitorais, os dados foram agrupados em dois quadros, um dos candidatos indígenas e outro dos candidatos eleitos, e foram atualizados em quatro oportunidades entre os dias 5 e 22 de outubro. A última atualização indicou um total de 335 candidaturas indígenas, de 88 povos, em 21 estados do país. O número de candidatos eleitos foi 75, de 34 povos, em 15 estados: 1 prefeito (reeleito), 6 vice-prefeitos (1 reeleito) e 68 vereadores (8 reeleitos). Do total de vereadores, 10 são mulheres, e apenas uma foi reeleita.

É no Acre, como se deu a participação dos índios no "tempo da política"? Hoje, em metade dos 22 municípios do estado vivem cerca de 9,5 mil índios, de 12 povos, em 28 terras reconhecidas pelo governo federal. Nesses onze municípios, houve candidatos indígenas em seis.

O objetivo deste texto é apresentar os dados já disponíveis sobre a participação dos índios nas recentes eleições municipais no Acre, apontando condicionantes que permitam compreender as dinâmicas de novas mobilizações locais das populações indígenas e resultados por elas alcançados.

Um pouco de história

Qualquer análise sobre a crescente participação indígena na política partidária deve incorporar como pano de fundo processos políticos e sociais que vêm sendo protagonizados há pouco mais de duas décadas pelos povos indígenas do Acre, que levaram à desarticulação do secular "tempo do cativo" dos patrões seringalistas e à conquista do "tempo dos direitos". Este novo tempo é marcado pelo reconhecimento oficial e a regularização das terras indígenas, a organização de cooperativas e associações, a formação de professores bilíngües, monitores de saúde e agentes agroflorestais, duradouros processos de alfabetização bilíngüe, o acesso à documentação e à cidadania, bem como a constituição de diferentes organizações do "movimento indígena". Lutas e mobilizações políticas dos povos indígenas no Acre são, portanto, uma constante e assumem distintas formas nestes últimos vinte e pouco anos, tanto nas aldeias como em campos políticos que vão do local ao global, perpassando o municipal.

A participação dos índios na política partidária, contudo, é processo recente na história desses povos e do estado, datando de meados dos anos 90. Até então, fora marcada pela singularidade e expressiva votação da candidatura de Biraci Brasil Yawanawá a deputado federal na eleição para a assembléia constituinte em 1986. Dois anos depois, candidatos indígenas concorreram em municípios com colégios eleitorais grandes, em iniciativas individuais, incentivadas por políticos e partidos interessados em capitalizar o voto dos índios.

Em 1992, a criação de dez municípios no Acre foi precedida pela realização de plebiscitos com as populações locais. Com a crise que se arrastava há anos na economia da borracha, membros das principais famílias de patrões seringalistas e comerciantes viram na política partidária oportunidade para renovar a matéria prima de sua dominação local e estruturaram os partidos tradicionais nas sedes dos municípios, dando novo colorido, ainda que pouco, às velhas dicotomias Arena-MDB e PDS-PMDB.

Nas primeiras eleições nos novos municípios, em 1992, os índios passaram ao largo do processo político partidário. A política foi novidade tão perto das aldeias. A dinâmica deste jogo político foi ainda um código desconhecido para os índios e suas lideranças, que não souberam dimensionar adequadamente os resultados que poderiam advir no futuro imediato da estruturação dos governos e dos poderes legislativos municipais. Muito menos índios tinham título de eleitor que hoje e pouquíssimos eram filiados a partidos.

Se recordo bem, apenas três índios lançaram candidaturas nas eleições de 1992, todas frutos de decisões isoladas, que contemplavam projetos de vida individuais, no máximo familiares. Um único vereador Kaxinawá foi eleito em Santa Rosa, município recém criado, onde 80% da população era indígena. Em municípios antigos, dois não se elegeram: um Poyanawa em Mâncio Lima e um Kaxinawá em Tarauacá.

Nas eleições de 1994, o antropólogo Txai Terri Valle de Aquino, aliado de duas décadas dos povos indígenas do Acre, foi candidato a deputado federal pelo PV. Mesmo sem fazer campanha em qualquer município, e sem que a maior parte das lideranças e famílias indígenas do estado estivessem a par de sua candidatura, Terri recebeu cerca de 350 votos, tendo obtido a segunda maior votação no Município de Jordão.

Uma participação indígena mais efetiva veio a acontecer somente na eleição de 1996, tanto nos novos como nos velhos municípios: 14 índios candidatos a vereador e um a prefeito. Destes, foram eleitos cinco vereadores: três em Santa Rosa do Purus, um em Jordão e um em Porto Walter. Não por coincidência, isto aconteceu em municípios novos, onde os índios têm peso importante na população total, os colégios eleitorais eram pequenos e a população branca era menos organizada e tinha menor acesso à documentação.

Em Jordão, os Kaxinawá, à época com um terço dos votos no município, foram responsáveis pela fundação dos diretórios locais do Partido Verde e do Partido dos Trabalhadores, tiveram José Osair Sales, Siã Kaxinawá, como candidato a prefeito pelo PT e fizeram o candidato mais votado, Noberto Sales Tenê (PV), que puxou outros três candidatos brancos da Frente Popular, formada pelo PT, PC do B e PV. Em Santa Rosa, três Kaxinawá se elegeram pelo PFL, também fruto da maior proporção, documentação e consciência política da população indígena, num colégio eleitoral então retratado pela imprensa nacional como sendo o menor do Brasil. Em Porto Walter, os Shawãdawa (Arara) fizeram um vereador pelo PMDB, José Nogueira da Cruz (Anchieta), um ex-seminarista que retornava ao município após vários anos morando em Cruzeiro do Sul.

Nas eleições majoritárias de 1998, Antônio Ferreira da Silva Apurinã, que fora coordenador da União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI) por uma década e foi legitimado como candidato oficial do "movimento indígena", pleiteou uma vaga de deputado estadual pelo PC do B, no âmbito da Frente Popular do Acre. Obteve cerca de 250 votos, após um processo político

que não excluiu campanhas de difamação contra antigos aliados, dentre os quais, o sertanista Antônio Luiz Batista de Macêdo, cuja candidatura pelo PV também mobilizava apoio entre certas populações indígenas no estado.

A atual eleição: apuração e dados

Nos últimos meses, já com a intenção de mapear e qualificar a participação indígena nas eleições municipais no Acre, fiquei em várias oportunidades me perguntando como, mesmo longe, no Rio de Janeiro, poderia acessar os dados da apuração em pleitos tão localizados e pouco interessantes para a mídia e a imprensa nacional.

Em julho e agosto, viajei por cinco municípios acreanos, visitando cinco das seis terras indígenas recém demarcadas no âmbito do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), componente do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7). Na qualidade de consultor externo do PPTAL, fiz reuniões com os Kaxinawá, Ashaninka e Madijá sobre os resultados das demarcações e das mobilizações das lideranças e chefes de família no acompanhamento dos trabalhos realizados por empresas de topografia contratadas pela Funai. Aproveitei estas oportunidades para proceder com levantamento inicial das candidaturas indígenas, das coligações partidárias que representavam e das correlações de força em que se inseriam nos ambientes políticos locais. Permaneci duas semanas em Jordão, município onde Siã se candidatava a prefeito pela segunda vez pelo PT e cinco Kaxinawá pleiteavam vagas na câmara.

Já em casa, vi que, através da internet, o Tribunal Superior Eleitoral ofereceria os resultados da apuração em tempo praticamente real, no site HYPERLINK <http://www.eleicoes2000.gov.br> www.eleicoes2000.gov.br , possibilidade aberta no bojo da primeira eleição totalmente informatizada da história do país. Para tal, seria necessário fazer o download de dois programas (DivNet2000 e Dao3.5) e um manual, que juntos somam 8,4 Mb. Temeroso do que poderia acontecer com minha máquina ao descer essa grande quantidade de dados em seu já lotado disco rígido, preferi esperar pelos serviços que vários jornais e portais prometiam oferecer, repassando dados produzidos pela Justiça Eleitoral.

Esperei até dia 4 de outubro, tentando acessar os dados sobre as eleições municipais acreanas em vários sites. A resposta que via de regra obtive era que os dados ainda não estavam sistematizados, nem os da capital Rio Branco. Os resultados estavam lá para as demais capitais do Brasil e os municípios com mais de 200 mil eleitores. Os telejornais, por sua vez, repetiam que a apuração ainda não fora encerrada no país exatamente por falta dos resultados de alguns poucos municípios do interior do Acre, Amazonas e Pará.

Em 4 de outubro, A Tribuna, de Rio Branco, na matéria "Kaxinawás trocam aldeia pela Câmara de Santa Rosa" noticiou a eleição de três vereadores desse povo no município. E afirmou que os Kaxinawá "mal sabem escrever o nome, lêem muito pouco e o contato com a civilização veio há pouco", mas "mesmo assim brigaram e conseguiram entrar na política", o que, a partir de fevereiro, iria permitir-lhes trocar suas aldeias pela sede do município e ganhar um salário de pouco mais de quatrocentos reais.

Enjoado de esperar pelos outros, e vendo que as primeiras notícias pouco fundamentadas começavam a despontar na imprensa de Rio Branco, resolvi, nesse mesmo dia, fazer o download dos programas no site do TSE. Que grata surpresa tive! As informações sobre as eleições acreanas estavam todas disponíveis, a maioria desde dia 2. O último município a ser apurado no estado foi Porto Walter, no final da manhã do dia 3.

O jornal O Rio Branco do dia 5 publicou a matéria "Movimento indígena consegue eleger quatro vereadores", escrita pelo repórter Cezar Negreiros a partir de conversa com Francisco Avelino Apurinã, coordenador da UNI. A matéria informa que o movimento indígena teria saído fortalecido nas eleições, com a eleição de um vice prefeito e quatro vereadores indígenas: três em Santa Rosa e um em Feijó. Diz ainda que no pleito anterior haviam se elegido apenas três índios vereadores, em Santa Rosa e Jordão. O coordenador da UNI calcula o número de eleitores índios hoje no Acre em três mil e julga esperado esse avanço no número de edis indígenas eleitos, como resultado da crescente participação das lideranças nas políticas partidárias locais, do pluralismo político hoje existente no estado e do trabalho desenvolvido pelo movimento indígena na "base das aldeias".

No dia 9, outra desinformação na divulgação de resultados das eleições municipais acreanas, desta vez na imprensa nacional. No jornal O Estado de São Paulo, na matéria "Cidade do Acre elege quatro índios entre os nove vereadores", o jornalista Edson Luiz, que morou e trabalhou vários anos no Acre, retoma clichês sobre o isolamento e reduzido tamanho do eleitorado do município de Santa Rosa e informa que quatro vereadores ali eleitos são índios: três da "tribo caxinauá" e um da "tribo cariuú". Aos desavisados e analistas políticos de plantão, cariu é como os índios costumam, no português da região, fazer referência aos brancos.

Um sobrevôo

Agora, de mão de um conjunto variado de informações, me aventuro a fazer breves considerações gerais sobre a participação indígena nas eleições municipais no Acre.

Com base nos dados divulgados pelo Sistema de Divulgação de Resultados das Eleições 2000, da Justiça Eleitoral, apresento aqueles relativos a essa participação, destacando com um asterisco os candidatos eleitos. Os nomes dos candidatos aparecem como oficialmente registrados no TSE.

Município □ Povo □ Candidato □ Idade □ Partido □ Cargo □ Votos □ □ □ Kaxinawá □ Francisco Lopes Augusto Kaxinauá * □ ? □ PC do B □ Vice-Prefeito □ 383 ** □ □ □ Kaxinawá □ Antônio Gilberto Kaxinauá * □ 32 □ PC do B □ Vereador □ 44 □ □ □ Kaxinawá □ Paulo Lopes Kaxinauá □ 37 □ PC do B □ Vereador □ 35 □ □ Santa Rosa □ Kaxinawá □ Manoel Sampaio Silva Kaxinawá * □ 38 □ PT do B □ Vereador □ 32 □ □ □ Kaxinawá □ Roberto Feitosa Nascimento Kaxinawá * □ 35 □ PT do B □ Vereador □ 32 □ □ □ Kaxinawá □ Américo Sereno Feitosa Kaxinauá □ 32 □ PC do B □ Vereador □ 30 □ □ □ Kaxinawá □ Denis Augusto Kaxinauá □ 29 □ PC do B □ Vereador □ 29 □ □ □ Kaxinawá □ Roberto Lopes Mateus Kaxinauá (Buse) □ 26 □ PC do B □ Vereador □ 22 □ □ Feijó □ Kaxinawá □ Gerson Barbosa da Silva * □ 31 □ PT □ Vereador □ 380 □ □ □ Kaxinawá □ Vicente Sabóia □ 49 □ PC do B □ Vereador □ 140 □ □ Tarauacá □ Yawanawá □ Gildo Luiz Alves da Silva Yawanawá □ 41 □ PC do B □ Vereador □ 133 □ □ □ Kaxinawá □ João Carlos da Silva □ 34 □ PT □ Vereador □ 98 □ □ □ Kaxinawá □ José Osair Sales (Siã) □ 36 □ PT □ Prefeito □ 818 ** □ □ □ Kaxinawá □ Sivaldo Barbosa Sereno * □ 21 □ PT □ Vereador

□127□□Jordão□Kaxinawá□Virgulino	Rodrigues	Sales	*
□31□PT□Vereador□106□□□Kaxinawá□João	Sales	da Rosa	Kaxinawá *
□46□PT□Vereador□65□□□Kaxinawá□Francisco	Sabino		Kaxinawá
□46□PT□Vereador□60□□□Kaxinawá□Elias Paulino	Kaxinawá	□32□PMDB□Vereador	
□22□□□Shawãdawa □José Nogueira da Cruz□?□PT□Vice-prefeito□1.218 **□□Porto Walter			
□Shawãdawa □Francisco Cazuzza da Silva□37□PMDB□Vereador□26□□□Shawãdawa			
□Nascimento Jorge Varela Lima □41□PT□Vereador□19□□Mâncio Lima □Poyanawa□Joel			
Ferreira Lima □28□PC do B□Vereador□145□□□Nukini □Maria Celuta Silva de			
Souza□54□PPB□Vereadora□112□□Totais = 6 □5□23□□5□□□□** Votos obtidos pela			
candidatura majoritária			

Nas eleições municipais de 1996, cabe lembrar, quinze índios, representantes de cinco povos□, se candidataram, um a prefeito e 14 a vereador, em sete municípios□, por seis diferentes partidos□. Destes, cinco se elegeram vereadores: três Kaxinawá em Santa Rosa, todos pelo PFL, um Kaxinawá em Jordão, pelo PV, e um Shawãdawa em Porto Walter, pelo PMDB.

Concorreram 23 candidatos indígenas nas recentes eleições municipais. Comparando os dados das duas eleições, nota-se um crescimento agregado, da ordem de 53%, no total de índios candidatos. Manteve-se um único candidato a prefeito, novamente Siã Kaxinawá em Jordão. Mas, houve novidade nas candidaturas de dois vice-prefeitos, ambos já vereadores, em chapas apresentadas em Santa Rosa e Porto Walter por coligações de partidos ligados à Frente Popular do Acre, assim como no crescimento do número de candidatos a vereador, vinte desta vez.

Também comparando as duas eleições, nota-se que o mesmo número total de povos indígenas, cinco, teve representantes entre os candidatos. Nesta eleição, todavia, não houve qualquer candidato Ashaninka. Mas, houve um Nukini, uma novidade em termos de eleições municipais. Por sinal, uma mulher, a única entre todos os candidatos indígenas no Acre. Dos 23 candidatos, 74% eram Kaxinawá, em quatro municípios.

Houve candidaturas indígenas em cinco municípios, um a menos que na eleição passada. A exceção foi Marechal Taumaturgo, onde, em 1996, Francisco Pianko Ashaninka ficou como primeiro suplente de vereador na chapa vencedora do PMDB. Em início do ano, os Kaxinawá do rio Breu chegaram a se mobilizar para lançar um candidato neste município, o que acabou não se concretizando.

Nestas eleições, apenas cinco dos dezoito partidos em disputa no Acre tiveram índios dentre seus candidatos. O PT e o PC do B foram os que apresentaram mais candidatos, nove cada, seguidos do PMDB e do PT do B, com dois cada, e do PPB, com apenas um. Ao contrário de em 1996, quando quatro índios foram eleitos sob suas siglas, o PFL e o PV desta feita não apresentaram candidatos indígenas. O Partido Trabalhista do Brasil (PT do B) é novidade desta eleição em termos de índios candidatos. Dos quinze candidatos que apresentou no Acre, cinco concorreram em Santa Rosa: três foram eleitos, sendo dois Kaxinawá.

Ficou evidente, portanto, uma nítida preferência dos candidatos indígenas pelos partidos pertencentes à Frente Popular do Acre, articulada pelo PT. Isto pode ser explicado como resultado, por um lado, dos benefícios, ainda que pontuais, que as populações indígenas do estado receberam neste dois últimos anos do governo de Jorge Viana, através do "Programa emergencial de

desenvolvimento de comunidades indígenas", de uma maior estruturação do PT no interior e da candidatura majoritária de Siã no Jordão. Por outro, essa preferência foi fruto das maciças campanhas de filiação promovidas pelo PC do B junto às populações e lideranças indígenas de certos municípios, notadamente Tarauacá e Santa Rosa, que contaram inclusive com o aval e o apoio de representantes da coordenação da UNI.

Contando apenas os 21 postulantes para os quais consegui averiguar a data de nascimento, a idade média dos candidatos indígenas ficou em 36 anos, com idades que variam entre 21 e 54 anos. Apesar de com diferentes graus de domínio, todos lêem e escrevem.

Candidato □ Atividade anterior □ □ Francisco Lopes Augusto Kaxinawá □ Filho da liderança, Pancho Lopes; Vereador eleito em 1996 □ □ Antônio Gilberto Kaxinawá □ Professor municipal aldeia Nova Fronteira - TI Alto Purus □ □ Paulo Lopes Kaxinawá □ Professor municipal e liderança aldeia Moema - TI Alto Purus □ □ Manoel Sampaio Silva Kaxinawá □ Liderança aldeia Nova Aliança - TI Alto Purus □ □ Roberto Feitosa Nascimento Kaxinawá □ Antiga liderança da aldeia Novo Recreio - TI Alto Purus □ □ Américo Sereno Feitosa Kaxinawá □ Professor estadual, supervisor de escolas, vereador eleito em 1996 □ □ Denis Augusto Kaxinawá □ Agente de saúde, professor, vereador eleito em 1996 □ □ Roberto Lopes Mateus Kaxinawá □ □ Mário Gerson Barbosa da Silva □ Coordenador da Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira (OPIRE) □ □ Vicente Sabóia □ Cacique e Presidente da Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá (ASPIH), membro da diretoria da Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá (OPITAR) □ □ Gildo Luiz Alves da Silva Yawanawá □ Atendente de enfermagem e dentista da Funai em Tarauacá, hoje funcionário da Funasa □ □ João Carlos da Silva □ Coordenador da Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão (OPITARJ) □ □ José Osair Sales (Siã) □ Presidente da Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão (ASKARJ), fundador e primeiro presidente do PT no Jordão □ □ Sivaldo Barbosa Sereno □ Barqueiro do PT no município de Jordão □ □ Virgulino Rodrigues Sales □ Professor municipal aldeia Altamira - TI Kaxinawá do Seringal Independência □ □ João Sales da Rosa Kaxinawá □ Ex-agente de saúde e ex-guarda livro da cooperativa Kaxinawá do rio Jordão □ □ Francisco Sabino Kaxinawá □ Liderança do seringal Novo Segredo e membro da diretoria da ASKARJ e da OPITARJ □ □ Elias Paulino Kaxinawá □ Professor municipal aldeia Boa Vista - TI Kaxinawá do Rio Jordão □ □ José Nogueira da Cruz □ Vereador eleito em 1996 □ □ Francisco Cazuzza da Silva □ □ Nascimento Jorge Varela Lima □ Agente de saúde da Funai, hoje Funasa - TI Arara do Igarapé Humaitá □ □ Joel Ferreira Lima □ Presidente da Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga (AAPBI) □ □ Maria Celuta Silva de Souza □ Professora municipal - TI Nukini □ □

A maior parte dos candidatos exerce posição de ascendência em suas aldeias, seja como chefes de famílias extensas, lideranças, professores, agentes de saúde e representantes de associações locais, seja como funcionários públicos urbanos, coordenadores de diferentes organizações do movimento indígena ou políticos nas câmaras municipais. Foram e são atores importantes, portanto, nos processos de reordenamento social, cultural e político vivenciados por seus povos nestas últimas duas décadas, tanto nas aldeias como em suas relações com planos que perpassam do local ao global.

O voto dos índios

Nos últimos quinze anos, a maioria das populações indígenas do Acre passou a considerar a obtenção de documentos como componente essencial da conquista do "tempo dos direitos" e de uma cidadania antes negada aos "caboclos".

O acesso à documentação teve início ainda nos anos 80 a raiz do trabalho de registro administrativo de nascimentos levado a cabo pelos chefes de postos indígenas da Funai nas sedes municipais. Junto com a certidão de batismo emitida pela igreja católica, o registro da Funai constituía o primeiro documento, que permitia dar entrada nos demais. Para acessar os benefícios das aposentadorias do Funrural, os velhos e velhas passaram, ajudados por filhos, genros, professores e lideranças, a enfrentar intrincados trâmites burocráticos e elevadas despesas para tirar seus documentos, dentre os quais, o título eleitoral. Nas visitas realizadas à cidade acompanhando os mais velhos, estes outros atores também começaram a tirar seus próprios documentos.

Estes processos foram incentivados na última década pela necessidade de encontrar novas fontes de renda numa situação histórica marcada por grave crise na economia da borracha. Neste novo quadro, salários de funcionários públicos, estaduais e municipais, assim como as aposentadorias do INSS, passaram a ter crescente peso no orçamento de muitas famílias indígenas, constituindo alternativas seguras para obter mercadorias e bens industrializados indispensáveis à vida na floresta, que são consumidos e redistribuídos por extensas redes de parentes.

Nos últimos três anos, o acesso à documentação tornou-se mais fácil em vários municípios, tanto para os índios como para os brancos, em função das periódicas edições do Projeto Cidadão, iniciado pelo Tribunal de Justiça do Acre e ultimamente repetido com apoios dos governos estadual e municipais.

Na matéria publicada no jornal O Rio Branco de 5 de agosto, o coordenador da UNI calcula em cerca de três mil os índios aptos a votar nas 28 terras indígenas do Acre. Isto implica dizer que algo em torno de 32% da população indígena total do estado tem título de eleitor.

Para tentar calcular o número de índios que efetivamente votou nestas eleições, tomaremos uma premissa simplificadora, mas não necessariamente verdadeira: todos os índios que votaram para vereador, e tiveram o voto validado, o fizeram em candidatos indígenas. Não serão considerados, por ora, as votações logradas pelas candidaturas majoritárias que incluíram índios como candidatos a prefeito ou vice-prefeito, tendo em vista que estas receberam, em maior ou menor grau, votos de eleitores brancos.

Aceitas essas premissas, pode calcular-se o voto indígena nos seis municípios em que houve índios candidatos em 1.657 votos, assim distribuídos: 224 em Santa Rosa, 380 em Feijó, 371 em Tarauacá, 380 no Jordão, 45 em Porto Walter e 257 em Mâncio Lima. Isto permitiria afirmar que 18% do total da população indígena do estado votou nestas eleições.

Este montante não permite, todavia, calcular com precisão o total de eleitores indígenas no estado. Desse número ficam de fora, evidentemente, os eleitores índios que votaram em candidatos brancos. Não estão nele contemplados os votos dos índios que moram em outros cinco municípios onde há terras indígenas, mas não houve índios candidatos: Marechal Taumaturgo, Rodrigues Alves, Manuel Urbano, Sena Madureira e Assis Brasil. Não estão considerados ainda os votos daqueles indivíduos ou famílias indígenas que moram ou apenas votam em centros urbanos como Cruzeiro do Sul e Rio Branco. Não estão incluídos, tampouco, os títulos dos velhos que, pela idade avançada, optaram por não exercer o direito ao voto, os votos nulos, que não devem ter sido tantos, dado o alto índice de índios letrados dentre os que têm idade para votar, e nem as

abstenções, altas em todo o estado, algo ao redor de 20% do total dos votos na maioria dos colégios eleitorais, média recorde entre todos os estados brasileiros.

Mesmo levando em conta esses considerandos, usaremos os números das votações agregadas dos índios candidatos a vereador para tentar aproximar o peso do voto indígena em cada um dos seis municípios onde houve candidaturas indígenas nestas eleições.

Município □ Índios candidatos
a vereador □ Votos

Indígenas □ Votos válidos

Para	vereador □ % □	Santa Rosa □ 7
□ 224 □ 663 □ 33,8 □	□ Jordão □ 5 □ 380 □ 1.946 □ 19,5 □	□ Tarauacá □ 3 □ 371 □ 11.300 □ 3,3 □
□ 1 □ 380 □ 8.957 □ 4,2 □	□ Mâncio Lima □ 2 □ 257 □ 5.340 □ 4,8 □	□ Porto Walter □ 2 □ 45 □ 2.719 □ 1,7 □

Estes dados comprovam a importância do voto dos Kaxinawá em Jordão e Santa Rosa, não por coincidência, municípios em que foram eleitas bancadas indígenas nos parlamentos mirins: três vereadores Kaxinawá em cada. A importância das populações Kaxinawá nestes municípios não deve ser pensada apenas em termos eleitorais. Em Santa Rosa, os Kaxinawá e os Madijá representam 87% da população total do município e sua terra indígena 36% do total da extensão municipal. Em Jordão, os Kaxinawá representam 36% da população total e suas três terras indígenas ocupam 20% da extensão do município, que tem cerca de 60% de sua área reservada pelo governo federal com distintas finalidades (quatro terras indígenas e uma reserva extrativista).

Outros fatores interessantes surgem ao avaliar as votações das três candidaturas majoritárias nos municípios onde concorreram candidatos indígenas: Jordão, Santa Rosa e Porto Walter. Estas mesclaram, em maior ou menor escala, votos de índios e brancos. Isto é visível no caso da candidatura de Siã Kaxinawá em Jordão, ao comparar os 380 votos obtidos pelos seis índios candidatos a vereador com os 818 votos obtidos pela chapa postulante à prefeitura. O voto dos brancos em Siã foi bastante maior que na eleição passada, mas ainda insuficiente para eleger-lo, o que pode ser creditado em parte ao preconceito ainda reinante no município e à campanha feita pelo outro candidato no sentido de reforçar esse sentimento, ao dizer que caso Siã fosse eleito os "caboclos" ocupariam toda a extensão do Jordão.

O caso inverso também é interessante, como pode ser constatado ao analisar os votos indígenas canalizados para candidaturas majoritárias que tiveram índios como postulantes a vice-prefeito. Este foi o caso em Porto Walter e Santa Rosa, com particular importância neste último para a definição do ganhador.

Existe hoje o voto étnico?

Em meados dos anos 80, ocorreu acalorado debate no campo indigenista acreano a respeito da existência, ou não, do "voto étnico", ou seja, se os índios, uma vez aptos a votar, o faziam necessariamente em outro índio, mesmo que este não fosse representante de sua comunidade ou de seu povo. Esta discussão aconteceu em um momento em que os índios eleitores ainda eram poucos e era bem diferente a intensidade das relações das populações indígenas com a vida social e política das sedes municipais. Mas, antecipou questões ainda relevantes nos dias atuais.

Nas primeiras eleições após a criação dos novos municípios, em 1992, apenas três índios lançaram candidaturas, via de regra como fruto de decisões individuais, no máximo familiares, ou em atenção a convites particulares feitos por partidos interessados em engrossar suas legendas com os votos indígenas. Houve considerável mudança nessa situação nas últimas duas eleições, e principalmente na atual. Hoje, as populações indígenas e suas lideranças têm maior conhecimento da dinâmica da política municipal e inclusive parâmetros próprios para julgar a atuação parlamentar e o comportamento social de seus parentes vereadores.

Nem todas as atuais candidaturas indígenas foram resultado de decisões tomadas pela maior parte do povo que cada um destes candidatos diziam pretender, pelo menos idealmente, representar. Todavia, todas essas candidaturas foram fatos amplamente discutidos pelas lideranças e as famílias nas comunidades, antes e depois de seu lançamento, muitas vezes mobilizando alianças, estratégias e ações de grupos familiares extensos e de aldeias. Os candidatos a candidato foram, desta vez, mais rigorosamente avaliados e exigidos pelos potenciais eleitores, com base em suas atuações anteriores em diferentes esferas da organização política nas aldeias, associações ou no movimento indígena.

Nos últimos anos, por outro lado, as candidaturas passaram a ser discutidas nas várias instâncias do movimento indígena nos municípios, principalmente nos maiores, ainda que nem sempre resultando em consenso a respeito da decisão de lançar ou apoiar um candidato que viesse a representar diferentes povos ou populações de uma mesma etnia que vivem em terras distintas. Apesar de raras até o presente, estas situações de consenso foram efetivamente alcançadas em municípios com realidades pluriétnicas, como aconteceu nos casos das candidaturas de Francisco Pianko Ashaninka em Marechal Taumaturgo em 1996 e Mário Kaxinawá em Feijó nestas eleições.

Há hoje, sem dúvida, uma maior consciência das populações indígenas na importância de votar em candidatos indígenas, de ~~forma~~ maneira a fortalecer a participação de seus respectivos povos e famílias na vida política e social do município. Este discurso é reforçado ao apontar o pouco, ou nada, que "os políticos" brancos têm feito em prol dos índios, apesar de muito prometerem nas campanhas. Estes temas foram objeto de discussão também em vários encontros deliberativos da UNI e em cursos de "direitos indígenas e formação política", promovidos periodicamente em Rio Branco pela coordenação do movimento indígena, nestes últimos com a assessoria da advogada Jandira Keppi, do Conselho de Missões entre os Índios (Comim).

Este conjunto de fatores nos leva afirmar que se o voto dos índios em candidatos índios não é uma realidade sociológica automática ou inexorável, o voto étnico tem acontecido, sim, em muitas ocasiões, e ganhou maior volume nestas últimas eleições. E este voto tem sido constatado mesmo em colégios grandes, onde os elevados quocientes eleitorais tornam improvável a eleição com poucos votos de um índio candidato, e em especial quando esses votos estão distribuídos entre duas ou mais candidaturas indígenas.

Eleições locais: candidaturas, mobilizações e resultados

Apuradas as urnas eletrônicas das eleições municipais no Acre, os resultados indicam a eleição de um vice-prefeito em Santa Rosa e sete vereadores indígenas, todos Kaxinawá, em três diferentes municípios: três em Santa Rosa, três em Jordão e um Feijó.

Os oito foram eleitos sob três siglas partidárias: quatro no PT, dois no PC do B e dois no PT do B. Apenas estes últimos não fizeram parte de coligações partidárias da Frente Popular. Não houve reeleição de nenhum dos índios já vereadores. Em Santa Rosa, não tiveram sucesso os dois que tentaram a reeleição. Em Jordão, o vereador mais votado em 1996 preferiu não se candidatar, mas sim voltar à sua aldeia para lecionar. Os outros dois vereadores eleitos em 1996 lançaram suas candidaturas a vice-prefeito: só um foi eleito.

Além do crescimento no número de vereadores índios eleitos, da ordem de 40%, outra novidade foi a eleição de um vice-prefeito indígena, o primeiro na história do Acre. Por outro lado, é digna de nota a alternativa aberta para a atuação de bancadas indígenas nos municípios de Santa Rosa e Jordão, com três vereadores Kaxinawá, um terço em ambas as câmaras. Foi mantida, portanto, a bancada já existente em Santa Rosa, mas a eleição de três vereadores Kaxinawá no Jordão é novo desafio, principalmente quando se leva em conta que todos são novatos na política, foram os únicos eleitos pelo PT no município e compõem o bloco de oposição ao atual prefeito.

Para tornar mais rica a análise sobre a multiplicidade da participação indígena nas recentes eleições, a seguir serão esquematicamente apontadas situações históricas e processos sociais que permitirão melhor compreender as dinâmicas particulares dessas novas mobilizações locais das populações indígenas e os resultados por elas alcançados em cada município.

Jordão

Em 1992, as primeiras eleições no município recém criado colocaram frente a frente representantes das duas principais famílias de comerciantes e seringalistas do Alto Tarauacá: Hilário Melo, pelo PFL, e Turiano Farias, pelo PMDB. Os candidatos praticamente dividiram por igual os votos dos eleitores brancos. Os Kaxinawá não lançaram candidatos próprios, mas, com cerca de 20% do eleitorado, decidiram o pleito a favor de Melo. Isto porque o ex-arrendatário dos seringais do rio Jordão, Carlos Farias, irmão de Turiano, sustentou sérios conflitos com os Kaxinawá em fins dos anos 70, quando das primeiras mobilizações para a garantia da terra indígena e a estruturação da cooperativa.

Quatro anos depois, tinham ocorrido novidades no quadro político local. Os Kaxinawá tiveram papel importante na estruturação de diretórios locais do PV e do PT, que tinha Siã Kaxinawá como presidente. Junto com o PC do B, constituíram uma terceira força na política local, a Frente Popular do Jordão, e lançaram as candidaturas de Siã a prefeito e de meia dúzia de vereadores. Os partidos tradicionais tornaram a polarizar suas candidaturas: o PFL lançou Sebastião Aragão, então vice-prefeito, e o PMDB, Esperidião Menezes Júnior, ex-prefeito de Tarauacá, com Turiano Farias como vice pelo PPB.

Apesar da honesta administração tocada por Melo, o PMDB saiu vitorioso das urnas. Os Kaxinawá fizeram novamente valer seu peso eleitoral, algo em torno de 30% do total do eleitorado. Mesmo tendo chegado em terceiro, Siã obteve 277 votos, canalizando cerca de 60 votos entre os brancos. A Frente perdeu a prefeitura, como resultado da desconfiança e preconceito suscitados pela candidatura de Siã, visto pela maior parte dos brancos como "o caboclo" e "o candidato dos caboclos".

Os Kaxinawá, todavia, elegeram o vereador mais votado, Noberto Sales Tenê, pelo PV, com 217 votos, votação que permitiu "puxar" outros três candidatos brancos da Frente: dois do PT e um do PC do B. Além de por estes quatro, a câmara ficou composta por dois vereadores do PPB, dois do PFL e um do PMDB, que passaram a formar o bloco de sustentação do prefeito.

Os primeiros anos do novo governo foram marcados por denúncias de favorecimento político, corrupção e tentativas de cooptação de vereadores da oposição. O prefeito não estabeleceu residência fixa no município. O destino do recursos municipais era decidido na Representação do Município de Jordão, montada na cidade de Tarauacá, que consumia boa parte do orçamento mensal.

Havia generalizado descontentamento com o atraso dos salários dos servidores públicos, com a forte diminuição das oportunidades de trabalho para os diaristas e com a falta de compromisso da Prefeitura com o pagamento dos aposentados na sede municipal, fatores que contribuíram para agravar a crise na economia e no comércio local. Nos seringais, as principais queixas estavam centradas na ausência de serviços básicos, principalmente de saúde. Os serviços prestados na rede de escolas públicas, ponto alto da administração anterior, vinham também se deteriorando, devido ao atraso dos salários dos professores e das merendeiras e, ainda, à falta de material escolar, merenda e fardas.

Júnior foi cassado em agosto de 1998, a reboque de decisões do Tribunal de Contas do Estado e da Justiça Federal por processos judiciais que resultaram de desvio de recursos públicos em sua administração em Tarauacá. Após assumir, o vice-prefeito Turiano Farias transformou a prefeitura em feudo familiar e de seus correligionários políticos, fazendo uso de ameaças e agressões físicas contra aqueles que ousassem fazer-lhe oposição. As mesmas queixas persistiram nos seringais e na cidade, menos em relação à pontualidade no pagamento dos servidores municipais e dos aposentados e à falta de trabalho na diária, pelo menos para os correligionários políticos do prefeito.

Ao longo de 1997-98, os quatro vereadores da Frente Popular, apesar da pouca experiência política e parlamentar, procuraram desempenhar uma série de trabalhos em benefício das camadas mais necessitadas da população, na sede municipal e nos seringais. Enfrentaram, todavia, cerrada oposição do bloco de sustentação do prefeito. Por não contar com os dois terços necessários em certas votações, o prefeito e seu bloco tentaram, em várias oportunidades, a adesão de um dos vereadores da Frente, o que conseguiram em final de 1998, com a filiação ao PMDB de um dos vereadores eleitos pelo PT.

Logo após a cassação do prefeito Júnior, a Frente logrou conquistar a presidência da câmara para os anos de 1999-2000. Prevaleram, contudo, os projetos pessoais dos representantes do PT e PC do B, que levaram a nova ruptura na bancada que prevalecera nos dois anos anteriores. Esta quebra ficou patente na eleição para a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Jordão em 1999, que exigiu a intervenção das direções estaduais de ambos partidos, desejosas de reeditar a Frente nas próximas eleições municipais. Esta ruptura levou, por outro lado, a um quase total isolamento do vereador Kaxinawá Noberto Sales, do PV, que passou a receber críticas de seu povo, que não via resultados concretos de sua atuação parlamentar.

Atendendo às diretrizes do gabinete do governador e das direções estaduais do PT e PC do B, os partidos reeditaram e registraram a Frente Popular do Jordão para as recentes eleições. A escolha da chapa majoritária tornou a evidenciar o racha e a candidatura de um vice-prefeito do PC do B acabou abortada. A chapa lançada foi a mesma das eleições passadas, com os nomes de Siã a prefeito e Francisco Rufo Figueira da Silva a vice, ambos do PT.

Os Kaxinawá, em decisões tomadas coletivamente, tendo a frente as lideranças das várias aldeias, lançaram quatro nomes a vereador pelo PT. Esta iniciativa foi contestada pela nova direção do partido no município. Mesmo sabedora da importância do voto indígena para a eleição de uma bancada numerosa, queria o lançamento de apenas dois índios candidatos, para garantir que parte dos votos dos Kaxinawá servisse para puxar outros candidatos brancos. Os Kaxinawá não concordaram e fizeram prevalecer sua posição. A Frente lançou uma chapa com quinze candidatos: quatro Kaxinawá e onze brancos. Um único candidato Kaxinawá, professor municipal, foi convidado pelo prefeito e resolveu lançar sua candidatura a vereador pelo PMDB.

A direita também teve processo complicado para a definição de seu único candidato, visto que o PFL e o PPB, adversários nas eleições municipais anteriores, se coligaram, em nível estadual, no Movimento Democrático Acreano (MDA). Turiano Farias, do PPB, não abriu de concorrer à reeleição, o que desagradou seu desafeto político, o ex-prefeito Hilário Melo, do PFL, candidato imbatível na preferência popular depois de quatro anos da desastrosa administração PMDB-PPB. Turiano ofereceu a Melo a vaga de vice em sua chapa. Melo não aceitou, deixou de lançar seu nome e, pelo menos em conversas reservadas, deixou a entender que não votaria nem apoiaria Turiano.

As eleições em Jordão ficaram, portanto, polarizadas entre dois candidatos: Siã pela Frente Popular e Turiano Farias pelo MDA.

A campanha de Siã concentrou-se entre a população branca do município, nos seringais do médio e alto Tarauacá, no rio Murú e na sede municipal. Sua candidatura contou desde o início com o total apoio das lideranças e do povo Kaxinawá, algo que não ocorrera em 1996. De novo, seu principal desafio era canalizar os votos de boa parte dos eleitores brancos, de forma a ampliar aqueles obtidos quatro anos antes. Passos importantes nesta direção haviam sido dados, com a fundação da Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá (ASAREAT), no seringal Alagoas, e o fortalecimento do PT no município, iniciativas que contaram com a participação de Siã. O slogan de sua campanha, "Em defesa dos povos da floresta", foi uma resposta ao principal desafio enfrentado por sua candidatura.

A campanha da Frente contou com o apoio do governo do estado e de representantes de sua base de sustentação no congresso, em visitas ao município do governador Jorge Viana, da senadora Marina e do deputado federal Nilson Mourão. Os Kaxinawá candidatos a vereador, por sua vez, concentraram suas campanhas nas aldeias das três terras indígenas, procurando, através de discussões e festas, apresentar propostas de trabalho e mobilizar suas redes familiares extensas.

A campanha do candidato do MDA teve tom monocórdico, logrando, com surpreendente eficácia, colocar farta lenha na fogueira do preconceito latente entre boa parte da população branca do município. Invés de ressaltar os benefícios trazidos por sua administração ou apresentar seus planos para o novo governo, Turiano e seu vice, o militar Fernando Amim de Moura, promoveram vários

comícios e festas nos seringais, em que invariavelmente batiam na tecla de que, uma vez eleito Siã, "os caboclos iriam tomar conta de toda a extensão do município". Afirmavam que Siã colocaria pelo menos uma família Kaxinawá no terreiro de cada família branca, as criações domésticas seriam mortas, os roçados invadidos e as mulheres desrespeitadas. Usavam como exemplo a recente demarcação das TIs Kampa do Igarapé Primavera e Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, de onde os ocupantes teriam de se retirar após receberem a indenização de suas benfeitorias.

Por outro lado, deixavam subentendida a ligação da candidatura de Siã e dos Kaxinawá com os conflitos armados nos seringais incidentes na TI Alto Tarauacá, identificada pela Funai em 1998, que, nos últimos anos, resultaram na morte de três brancos (não se sabe quantos índios isolados) e em intensa migração das famílias de seringueiros e agricultores para a sede municipal e seringais próximos. Procuravam, ainda, semear confusão sobre a demora da Funai no pagamento das indenizações dos "ocupantes não-índios" cadastrados nessa terra indígena.

Paralelo a isso, os candidatos do MDA usavam a máquina da prefeitura, barcos de convênios da Prefeitura com o Ministério da Educação, por exemplo, para fazer sua campanha, conforme constatado por uma equipe do Tribuna Regional Eleitoral que andou pela região. Foram freqüentes as ameaças de agressão física aos coordenadores e simpatizantes da Frente Popular. Os membros do PC do B no município, inclusive seu único candidato a vereador, apesar do partido integrar a Frente, passaram a fazer campanhas difamatórias contra os candidatos do PT.

Este era o clima da campanha quando estive em Jordão no mês de agosto. Em minha passagem, soube em conversas com várias pessoas na sede do município que, em junho, durante expedição realizada no seringal Oriente, na TI Alto Tarauacá, um grupo de madeireiros e caçadores, chefiado por Francisco Alves de Moraes (Maranhoto) e pelo vereador Auton Dourado de Farias, sobrinho de Turiano e candidato a reeleição pelo PMDB, teria assassinado pelo menos um índio isolado com requintes de crueldade.

Chegando em Rio Branco, comuniquei o fato à Administração Executiva da Funai, que já recebera a mesma denúncia do sertanista Antônio Macedo, que pouco após o crime passara pela região. Na última semana de agosto, aconteceu a ida de uma comissão conjunta da Funai e Polícia Federal ao Município de Jordão para o pagamento das indenizações dos ocupantes não-índios das TIs Kampa do Igarapé Primavera e Kaxinawá do Baixo Rio Jordão. Depoimentos foram colhidos na sede do município e diligência feita no seringal Oriente, onde o assassinato foi confirmado com o desenterro do corpo. Antes desta viagem ao Jordão, o superintendente da PF em Rio Branco vazara informações a respeito dos objetivos da diligência para os jornais locais e o assassinato ganhou larga repercussão na imprensa acreana e nacional. Após o retorno da equipe à capital, a PF instaurou inquérito policial para apurar o crime. O corpo foi trazido para o Instituto Legal para perícia e para serem averiguadas suspeitas de castração do índio isolado.

Alguns comentários sobre este incidente se fazem necessários. Enquanto, no Jordão, Turiano Farias e seu vice usavam como principal mote de campanha o preconceito e a discriminação racial, seu sobrinho, um vereador, matava pelo menos um índio isolado a tiros em terra indígena identificada pela Funai, na qual, através da Portaria nº 476, de 21 de maio de 1998, a presidência do órgão estabelecera "restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai" e vedara a exploração de qualquer recurso natural na área. Estas pessoas são, sem qualquer sombra de dúvida, criminosas, pois, numa prática semelhante a das

"correrias" do começo do século, assassinaram friamente pelo menos uma pessoa, cometendo crime hediondo agravado pela ocultação de cadáver, praticaram racismo, crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, conforme reza a Constituição Federal, além de terem invadido uma terra indígena, com a intenção de explorar ilegalmente madeira e carne de caça.

São irresponsáveis, pois, após assassinares o índio isolado, voltaram tranqüilamente para suas casas na sede municipal, deixando as famílias que ainda moram nos seringais do Alto Tarauacá a mercê de vinganças dos parentes da vítima. Isto de fato aconteceu, quando um grupo de isolados apareceu no seringal Seretama, flechou uma escola e matou diversas criações domésticas, o que levou famílias a abandonar seus locais de moradia.

São prepotentes e têm certeza da impunidade, pois, após sua volta à sede do Jordão, se vangloriaram publicamente da morte do isolado e mostraram flechas conquistadas como troféus de guerra, atitudes que se transformaram em receio somente com a passagem de Macêdo pela região a serviço da Funai.

São, por fim, mentirosos, pois pregavam que a eleição de Siã motivaria grave convulsão social no município, mas, na verdade, eram os principais responsáveis por incidentes que poderiam causar novas mortes de chefes de família inocentes, índios e brancos. Configura-se a reedição de outra velha tática dos patrões seringalistas: dividir para reinar, semeando intrigas entre índios e seringueiros para, assim, fazer valer seus próprios interesses políticos e econômicos. O prefeito do Jordão teve o desprazer de, ainda em junho, logo após o assassinato no Alto Tarauacá, ir a Rio Branco para denunciar à Administração da Funai e aos jornais o ataque protagonizado pelos isolados na escola do seringal Seretama. Notícias a este respeito foram divulgadas no Estado de São Paulo e na Rede Globo de Televisão.

O que não foi noticiado é que na visita que fez à Administração da Funai, Turiano assinara o recebimento de cópia do Despacho Nº 18, de 18 de abril, do Presidente do órgão, com o resumo do relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Alta Tarauacá, já publicado nos Diários Oficiais da União e do Estado do Acre, com mapa, memorial descritivo e lista dos ocupantes brancos a serem indenizados. Este ato faz parte do ritual de regularização de terras indígenas, e abriu prazo de 90 dias para a contestação dos limites propostos para a TI Alto Tarauacá.

Se, como prefeito, achava que a criação desta terra poderia trazer prejuízos ao Município de Jordão, por que não tomou qualquer providência legal para dar outro rumo ao processo administrativo iniciado pela Funai? Ao invés disso, voltou ao Jordão para dar início à politicalha, fazendo da criação dessa terra indígena, dos ataques dos índios isolados e do velho preconceito contra os Kaxinawá motives de uma sórdida campanha de desinformação, com o objetivo de manter a população do município no "cativeiro" por mais quatro anos.

Dito o que há tempo queria publicar, passemos aos resultados das eleições no município. Esta teve como novidades, por um lado, o grande crescimento do eleitorado em relação ao último pleito, resultado de edição do Projeto Cidadão realizado por ocasião do novenário de São Sebastião em janeiro passado, e, por outro, o elevado índice de abstenção, quase 18% do total deste eleitorado.

Apesar dos fatos acima narrados, o candidato do PPB foi reeleito, com 1.078 votos, 57% do total dos votos válidos no município. Siã obteve 818 votos, fato que demonstrou grande crescimento de sua aceitação e do PT entre a população branca do município e o descontentamento de muitos brancos com os rumos tomados pelo governo municipal nos anos anteriores. Dado que, somados, os cinco Kaxinawá candidatos a vereador tiveram um total de 380 votos, pode se calcular que cerca de 438 votos foram dados à candidatura de Siã por eleitores brancos.

É legítimo afirmar que mais "votos dos brancos" não foram dados a Siã como reação de várias famílias de moradores dos seringais do município ao pagamento, feito com truculência pela equipe da Funai e da PF um mês antes das eleições, das indenizações das benfeitorias dos "ocupantes não-índios" das terras indígenas Kampa e Kaxinawá. Na visão de muitas dessas famílias, estes fatos vieram a confirmar as ameaças de "perseguição" e de invasão por parte dos índios pregadas por Turiano e seu vice durante toda a campanha.

Três vereadores Kaxinawá lograram se eleger, todos pelo PT, ficando com a primeira, a terceira e a oitava melhores votações. Além destes, a câmara ficou composta por três vereadores do PMDB, um do PFL, um do PPB e um PC do B, que aproveitou os votos da Frente Popular, mas, ao que tudo indica, também comporá o bloco de sustentação do prefeito, tio de sua esposa.

Houve alto índice de renovação na câmara: apenas dois vereadores se reelegeram, um deles para o terceiro mandato. Um dos vereadores eleitos em 1992, por sua vez, voltou à câmara. O primeiro suplente da Frente é também um Kaxinawá. O candidato a vereador Kaxinawá que concorreu pelo PMDB obteve 22 votos. Auton Farias, um dos principais acusados pelo assassinato do índio isolado na TI Alto Tarauacá, não se reelegeu, ficando com 20 votos.

O início da próxima legislatura será certamente marcada pela inexperiência legislativa de quase todos os vereadores recém eleitos. Num primeiro momento, isto poderá facilitar os interesses e manobras do prefeito e de seu bloco de sustentação, que terá maioria absoluta, com dois terços dos assentos no parlamento mirim. No Jordão, por sua vez, o PT passou a ter cara Kaxinawá. Mas, o trabalho dos três novos vereadores indígenas do partido, que prometem atuar como bancada unida, não será simples para trazer benefícios concretos para seu povo, pois, sozinhos, constituirão o bloco de oposição ao prefeito reeleito.

Santa Rosa

São hoje cerca de vinte aldeias Kaxinawá que existem na TI Alto Purus, além de outras doze Madijá. Os índios constituem hoje 87% da população de Santa Rosa. Foi neste município onde houve o maior número de índios candidatos nestas eleições, um total de sete, todos Kaxinawá.

Três vereadores se elegeram no município em 1996 pelo PFL. Foi somente nos últimos dois anos que os partidos de esquerda instalaram diretórios locais em Santa Rosa. Atendendo convite feito em Rio Branco pela direção estadual do PC do B, os três vereadores se filiaram ao partido no ano passado.

Nestas eleições, a chapa majoritária da Frente Popular foi composta por uma coligação encabeçada pelo PT e PC do B. Por bem avaliar o peso eleitoral da população Kaxinawá, Francisco Lopes Augusto, filho da antiga liderança Pancho e já vereador, foi convidado por estes

partidos a concorrer como vice-prefeito. Dos três vereadores Kaxinawá, Francisco foi o melhor avaliado por seu povo. Ainda que sem qualquer experiência política ou administrativa anterior, procurou durante seu mandato sempre visitar as aldeias, conversar com as lideranças e chefes de família, prestar conta de suas atividades e ouvir as reivindicações dos parentes.

Cinco candidatos Kaxinawá concorreram a vereador pelo PC do B, as únicas candidaturas do partido no município. A novidade foi a candidatura de outros dois Kaxinawá pelo PT do B, partido sem qualquer tradição no estado, há pouco estruturado no município, que saiu coligado com o PPB e o PMDB, agrupados no MDA.

Dos seis candidatos a vereador, a metade logrou se eleger. Não houve reeleição. O quociente eleitoral permitiu a eleição de três vereadores do PT do B, dois Kaxinawá, mas apenas de um vereador do PC do B. Outro Kaxinawá que concorreu pelo PC do B teve mais votos que seus dois parentes eleitos pelo PT do B, mas não conseguiu assegurar uma vaga. Os dois vereadores da magistratura passada, ambos concorrendo pelo PC do B, também chegaram perto, mas não se elegeram. Os três primeiros suplentes da Frente são estes três Kaxinawá candidatos pelo PC do B.

O desafio atual dos vereadores eleitos vai ser lograr uma efetiva representação da população indígena do município, garantindo benefícios para as aldeias da terra indígena. O prefeito é da Frente Popular, o vice é um Kaxinawá, do PC do B, e os três vereadores estão em lados opostos em uma câmara dividida: um do PC do B, ligado à Frente, e dois no PT do B, hoje partido de oposição. Pode-se nestas condições falar, a priori, da existência de uma bancada indígena?

Feijó

A eleição de Mário Gerson Barbosa da Silva, mais conhecido por Mário Kaxinawá, pelo PT para vereador, com expressivos 380 votos, quinta maior votação no município, pode ser creditada ao trabalho que desenvolveu nos últimos três anos como coordenador da Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira (OPIRE). Fundada em 1988, a OPIRE as representa populações Kaxinawá, Shanenawa, Ashaninka e Madijá de sete terras indígenas no município. A organização tem sido, desde sua fundação, coordenada por lideranças Kaxinawá e Shanenawa que moram em Feijó e na TI Katukina/Kaxinawá, situada defronte à cidade. As populações Madijá e Ashaninka, que moram mais às cabeceiras, têm relações menos profundas com a vida política na cidade, mesmo com o movimento indígena, e têm bem menor número de eleitores.

A decisão de lançar Mário Kaxinawá pelo PT, em um município onde a Frente Popular despontava com boas possibilidades de vitória, foi tomada pelas participantes do movimento indígena local, contando com o aval e apoio da UNI. O discurso sobre a importância de votar neste candidato, o único indígena, foi atualizado, de forma eficaz pelas lideranças durante a campanha e ganhou forma concreta nas urnas. Por sinal, a decisão de lançar um único índio candidato neste município, que tem grande colégio eleitoral, é importante lição para as lideranças e povos indígenas de outros municípios onde esta situação também ocorre, casos de Tarauacá e Mâncio Lima, e até hoje não se deu a eleição de um índio vereador.

Um fator que certamente contribuiu para a eleição de Mário foi o intenso trabalho de divulgação da candidatura feito pelas lideranças da OPIRE em todas as aldeias do rio Envira em julho, durante a distribuição dos kits do "Programa Emergencial de Desenvolvimento de Comunidades Indígenas",

através de convênio assinado entre a UNI e o governo estadual. Outro foi a realização, em abril, de edição do Projeto Cidadão na TI Kaxinawá Nova Olinda. Estiveram presentes funcionários da Justiça e da Funai. Canoas foram enviadas às aldeias no alto Envira para buscar famílias Ashaninka e Madijá, e depois foram deixá-las. Originalmente pensada para beneficiar os índios, a operação atendeu também famílias de agricultores brancos dos arredores de Nova Olinda. Foram iniciados trâmites para a emissão de registros de nascimento e casamento, carteiras de identidade, títulos de eleitor, carteiras de trabalho, CPFs e fotografias. Cerca de 2 mil pessoas foram atendidas durante três dias. Em julho, os documentos foram disponibilizados no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feijó, para serem retirados pelos respectivos donos.

Nos próximos anos, o principal desafio de Mário Kaxinawá será, mesmo numa câmara amplamente dominada por vereadores da Frente Popular, um potencial bloco de sustentação ao prefeito eleito, fazer acordos e acordos políticos com base em propostas que venham a contemplar assuntos e ações de interesse das várias populações e do movimento indígenas do município.

Tarauacá

Quatro diferentes povos, Kaxinawá, Yawanawá, Katukina e Ashaninka, moram em sete terras indígenas em Tarauacá: 23% do total da população indígena do Acre e quase 9% da população do município.

Nas eleições de 1988 e 1992, houve candidaturas indígenas a vereador, uma em cada, ambas de Kaxinawá da TI Igarapé do Caucho. Na eleição de 1996, houve dois índios também candidatos a vereador: o professor Valdir Ferreira, Kaxinawá do Caucho, pelo PC do B, e o então chefe de posto da Funai, Raimundo Sales Luiz, Yawanawá do rio Gregório, pelo PMDB. Ambas candidaturas foram de cunho pessoal, sem terem sido objeto de discussões mais profundas por parte das lideranças e do movimento indígena local. Duas delas, uma em 1992 e outra em 1996, foram resultado direto da forte influência que o PC do B passou a ter entre as populações indígenas do município nos anos 90, com apoio de representantes da coordenação da UNI, e serviram para alavancar a eleição de dois vereadores brancos do partido em cada um destes pleitos.

Ocorreu, em 2000, uma profunda divisão no movimento indígena em Tarauacá, antes agrupado na Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão (OPITARJ). Após seguidas divergências com o coordenador da OPITARJ, João Carlos da Silva Kaxinawá, várias lideranças locais, com o apoio da UNI, promoveram reuniões que resultaram na criação da Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá (OPITAR). Esta polarização acabou também se refletindo nas candidaturas indígenas lançadas no município.

Em 2000, o PC do B, que há anos controla também o Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, logrou êxito numa maciça campanha de filiação, inclusive de lideranças e membros das populações indígenas, capitalizando a cisão ocorrida no movimento indígena do município. A reboque desta iniciativa, chegou a ser discutida pelos filiados a possibilidade de lançar um único candidato indígena pelo partido. Essas discussões apontaram o nome de Biraci Brasil, coordenador da Organização de Agricultores Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório (OAEYRG). Pouco antes do prazo final para o registro das candidaturas, Biraci retirou seu nome. Dois índios candidatos se lançaram pelo PC do B: um Yawanawá, Gildo Luiz, e um Kaxinawá, Vicente Sabóia. No outro pólo, João Carlos Kaxinawá, da OPITARJ, lançou candidatura pelo PT.

Esta polarização nas candidaturas indígenas se inseriu numa conjuntura em que os antigos aliados no governo municipal, o PT e o PC do B, haviam rompido, e lançado candidaturas majoritárias próprias, com os comunistas encabeçando uma chapa que agrupou todos os principais partidos da direita no município (PPB, PFL, PMDB e PTB), assim como outros partidos de esquerda que não se juntaram à Frente (PPS e PSB).

A campanha dos índios candidatos foi acirrada em Tarauacá. Respeitando os locais onde sabiam que os outros dois candidatos indígenas tinham familiares ou bases eleitorais mais ou menos consolidadas, cada candidato andou pelas diferentes terras indígenas, conversando com os eleitores e divulgando suas propostas. Mas, novamente divididos, os votos dos índios de Tarauacá não conseguiram eleger nenhum índio vereador. Vicente foi o terceiro candidato mais votado no PC do B e Gildo o quarto, num colégio eleitoral em que houve vaga para apenas um vereador do partido. Os votos canalizados para as duas candidaturas indígenas no PC do B serviram, desta forma, para assegurar a segunda reeleição de Chagas Batista.

Enxergo e compreendo várias das dificuldades, que ficaram ainda maiores a partir do início do ano, enfrentadas pelas lideranças do(s) movimento(s) indígena(s) de Tarauacá para chegarem a um consenso e lançarem um único índio candidato nas eleições municipais. São povos diferentes, cada população Kaxinawá tem seus próprios interesses e certas lideranças têm projetos pessoais bastante individualistas. Mas, minha opinião é que após o de fato nos resultados desta eleição, a quarta em que há índios candidatos, valeria a pena refletir mais um pouco e tirar lições óbvias com vistas à próxima.

Se as lideranças e os povos indígenas de Tarauacá não lograrem construir esse consenso no futuro, temo que nunca farão um índio vereador, e estarão fadados a continuar elegendo pessoas que dizem apoiar os índios, mas na verdade praticam o assistencialismo e velhas demagogias. E, pior, na "hora do vamos ver", acabam se colocando contra os verdadeiros anseios da população indígena do município, como ficou evidente na posição tomada pelo vereador Chagas Batista nos embates havidos em início deste ano a respeito da indenização e do remanejamento dos ocupantes não-índios que ainda vivem na TI Kaxinawá da Praia do Carapanã, já demarcada pela Funai.

Esta lição serve também para os chefes de família brancos que votaram em candidatos, o mesmo Chagas Batista e o Cabo Orlando, pelas suas promessas de trabalharem para anular a demarcação e impedir a retirada dos ocupantes da TI Kaxinawá da Praia do Carapanã. Pois é, a eleição já passou, eles estão eleitos e a equipe da Funai e da PF subiu poucos dias após a divulgação dos resultados para pagar as indenizações e marcar tempo para essas famílias deixarem a terra indígena.

Mâncio Lima

Houve duas candidaturas indígenas no município. As articulações e decisões que levaram a seu lançamento trilharam caminhos distintos.

Os Poyanawa resolveram apoiar Joel Ferreira Lima, há dez anos presidente da Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga (AAPBI). Joel recebeu convite da direção estadual do PC do B para reforçar a presença do partido no município, onde em 1996 já escolhera um vereador. Participou da convenção do partido e se credenciou a disputar a eleição. O presidente da

AAPBI vinha fortalecido pelo bonito trabalho realizado pelos Poyanawa na implementação, nos dezoito meses anteriores, do "Projeto de acompanhamento e consolidação da demarcação física da TI Poyanawa", através de convênio entre a AAPBI e o PPTAL. Neste período, a associação logrou estabelecer uma série de iniciativas conjuntas com a prefeitura de Mâncio Lima. A eleição de Joel passou a ser vista pelos Poyanawa como alternativa para o fortalecimento da associação e o estreitamento deste relacionamento institucional.

A decisão de lançar a candidatura de Joel surgiu durante discussões na própria associação, com a disputa de uma prévia entre três possíveis nomes. Esta decisão foi importante para superar problemas que surgiram nas eleições municipais passadas, quando dois Poyanawa disputaram vagas de vereador por partidos opostos, o PT e o PPB, disputa que, na campanha, descambou em críticas pessoais e, depois dela, resultou em dificuldades para restabelecer a cordialidade nas relações entre importantes famílias na terra indígena. Por outro lado, a divisão dos votos e da comunidade durante a eleição tirou qualquer possibilidade de vitória de um dos dois candidatos Poyanawa.

Maria Celuta Silva de Souza é professora municipal há muitos anos no seringal República, na TI Nukini, e esposa de uma antiga liderança local, Humberto Jorge de Souza. Sua candidatura, não discutida anteriormente com toda sua comunidade, foi resolvida em Mâncio Lima a partir de convite do diretório municipal do PPB, de oposição ao prefeito, com a clara intenção de dividir o voto indígena no município, colocando Nukini e Poyanawa em pólos opostos. De volta à terra indígena, Celuta fez intensa campanha entre as famílias Nukini, o que lhe rendeu boa votação entre seus parentes.

A campanha de ambos os candidatos contemplou visitas de Celuta à TI Poyanawa e de Joel à TI Nukini. O resultado das urnas no município veio a confirmar a polarização do voto indígena entre ambas candidaturas. Joel obteve 145 votos e Celuta 112. Com a 12ª melhor votação no município, Joel empatou com Isete, outra candidata de seu partido, que se elegeu. Dado o quociente eleitoral, o PC do B se creditou a eleger apenas um vereador em Mâncio Lima. E Joel perdeu a vaga, por força da legislação eleitoral, por ser doze anos mais novo que Isete, ficando como primeiro suplente da Frente.

Segundo Joel, com quem falei ao telefone no dia 9, o balanço da eleição foi extremamente positivo para o fortalecimento da AAPBI e dos Poyanawa no município, apesar da tristeza que o resultado trouxe à sua comunidade. Joel tem agora como plano reassumir a presidência da AAPBI, para fortalecer o "governo local" dos Poyanawa e, através dela, continuar negociando com a prefeitura, ongs e a cooperação internacional para internalizar novos recursos e benefícios para as famílias na terra indígena. A lição para as próximas eleições, disse Joel, é tentar estabelecer acordos com os Nukini para lançar um candidato comum e eleger um vereador que venha representar e trabalhar pela totalidade da população indígena de Mâncio Lima. Somadas as votações de Joel e Celuta, se é que esse cálculo pode ser feito, os Poyanawa e Nukini poderiam, neste pleito, ter eleito o vereador mais votado no município.

Porto Walter

Nos últimos quatro anos foi notável o fortalecimento da população Shawãdawa neste município. Mesmo tendo José Nogueira da Cruz (Anchieta) como vereador de oposição, conseguiram negociar, junto à prefeitura e a políticos de diversos matizes, uma série de benefícios e recursos nos

campos da educação, saúde e transporte. Em 1999 fundaram a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara (ASATIA), através da qual várias famílias conseguiram financiamentos do Prodex para a diversificação de suas atividades produtivas. Em 2000, grupo técnico da Funai reidentificou a TI Arara do Igarapé Humaitá, do que resultará um aumento significativo de sua extensão.

Anchieta, vereador eleito pelo PMDB em 1996, mudou de partido pouco após a eleição passada. Nesta, resolveu não se candidatar à reeleição. A convite dos representantes da Frente Popular, decidiu lançar-se como vice-prefeito na chapa puxada pelo PSDB-PT, no bojo da estratégia da Frente de tentar minar o histórico poder que o PMDB, leia-se, o deputado Wagner Sales, detém sobre quatro dos cinco municípios situados ao longo do alto rio Juruá. Esta chapa foi derrotada, assim como as chapas majoritárias apresentadas pela Frente Popular nesses municípios, e também em Cruzeiro do Sul.

Dois vereadores Shawãdawa se candidataram em coligações opostas: Francisco Cazuzza pelo PMDB e Jorge Varela pelo PT. Não tenho maiores informações sobre os processos que levaram à escolha desses dois candidatos, ou sua aceitação pelos diferentes grupos familiares extensos da povo Shawãdawa. Os votos ficaram praticamente divididos: Cazuzza com 26 e Jorge Varela com 19. Não tenho dados atualizados sobre a quantidade de Shawãdawa que hoje têm título de eleitor, mas me parece que parte desses votos foram também vertidos em uma ou mais candidaturas de vereadores brancos.

Conclusões, recomendações

Pouco mais de vinte anos após as primeiras mobilizações para a conquista do "tempo dos direitos", a maior parte das populações e lideranças indígenas do Acre parecem ter definitivamente percebido que sua participação na administração pública e na política partidária tornou-se um importante campo para aprofundar essa cidadania, construir renovadas formas de inserção na vida dos municípios e garantir recursos e ações dos governos municipais para a melhoria das condições de vida nas terras indígenas.

Parece passado o tempo, na visão da maior parte das lideranças, em que as únicas alternativas que se abriam para o redimensionamento, ainda que contextual, das relações historicamente desfavoráveis travadas com os poderes locais eram os "projetos", conseguidos e tocados em parcerias com a Funai, outros órgãos do governo federal, ongs, agências humanitárias e/ou a cooperação internacional. Projetos políticos individuais ou familiares à parte, hoje, muitas lideranças têm consciência que a política municipal é um dos campos de relações nos quais são localmente decididos o destino e as formas de aplicação de somas nada desprezíveis de recursos, orçamentários e de repasses constitucionais (FPM e Fundef), que, de alguma maneira, deveriam também beneficiar suas comunidades.

A crescente participação dos índios na política municipal tornou-se evidente nas recentes eleições no Acre. Ocorreu significativo crescimento no número de candidaturas indígenas e de índios eleitos. Houve, no caso de Jordão e Santa Rosa, um indubitável reconhecimento por parte das forças políticas locais a respeito da importância dos Kaxinawá na vida desses municípios, comprovada pelas quatorze candidaturas, inclusive as de Siã a prefeito e Francisco Lopes a vice-prefeito, e pela eleição de três vereadores em cada município.

Ao concluir, gostaria de fazer as derradeiras observações, algumas em forma de recomendação. Em várias ocasiões, discuti com lideranças indígenas de Tarauacá e Mâncio Lima sobre a necessidade de tecer negociações e acordos pré-eleitorais que viabilizem o lançamento de uma única candidatura indígena em cada município. Se isto não for logrado, e sem dúvida há dificuldades práticas para sua concretização, os elevados quocientes eleitorais nesses municípios dificilmente permitirão a eleição de um índio vereador. Isto já ficou provado nas últimas duas eleições, quando os votos dos vários povos indígenas se dividiram entre diferentes candidaturas, lançadas sem discussões e decisões prévias das lideranças e dos movimentos indígenas locais.

Parece importante, com base nos resultados das recentes eleições, que lideranças e futuros candidatos observem com atenção as legendas e coligações pelas quais há melhores chances de terem voz e participação ativas no processo eleitoral e de se elegerem para bem representar na câmara os interesses de seus respectivos povos. Às vezes, aquelas sugeridas pela coordenação do movimento indígena ou incentivadas pela direção estadual de partidos ávidos em capitalizar o voto indígena, crescer e aumentar seu próprio cacife político, ambas considerações convergem nestas eleições para o PC do B, podem não ser as mais viáveis para potencializar uma maior e mais efetiva participação dos índios e de suas organizações na política municipal. Ao contrário, podem ajudar apenas a inflar as estatísticas desses partidos, no que diz respeito a filiações, votos e vereadores eleitos, bem como a perpetuar o poder de seus políticos profissionais, brancos, que, mesmo quando se dizem de esquerda e preocupados com os anseios e reivindicações dos povos indígenas, pautam sua atuação em relação a estes povos e suas lideranças pela demagogia e o assistencialismo.

Para os índios que se candidataram e não se elegeram, resta o consolo de saber que também deram suas contribuições no avanço de processos que buscam hoje, através da construção de novas modalidades de cultura e de atuação política, o aprofundamento da cidadania e de direitos arduamente conquistados pelos seus povos nos últimos vinte e poucos anos.

Aos eleitos, sugiro urgente e aprofundado estudo de um conjunto básico de documentos: a Lei Orgânica do Município, o Regimento Interno da Câmara, boletins dos repasses constitucionais feitos pelo governo federal nos últimos cinco anos e cópias de orçamentos anuais de seus respectivos municípios. Estes documentos serão de fundamental importância como instrumentos de bordo para o trabalho que iniciarão na vida pública em fevereiro do próximo ano. Desta forma, não correrão o risco de repetir erros cometidos por muitos vereadores, índios e brancos, em legislaturas passadas, que começaram seus mandatos totalmente desinformados a respeito das leis e formas de organização política do município, das suas fontes de receitas e despesas, bem como de seus próprios atribuições, direitos e deveres como edis.

Dada a inexperiência política e administrativa dos vereadores indígenas recém eleitos é importante que seus respectivos partidos, o governo estadual, como articulador da Frente Popular do Acre, e o próprio movimento indígena garantam-lhes canais de diálogos e interlocução, capacitação, assessoria técnica e apoio institucional, que permitam um constante aperfeiçoamento no desempenho de seus cargos e a elaboração de estratégias consistentes para a maximização dos interesses das comunidades e povos que representam.

Cabe aos novos vereadores reconhecer que os cargos que ocupam não lhes pertencem, mas, sim, às comunidades que os escolheram e que passam a representar na política municipal. Desta forma,

deve cada um trabalhar sempre junto com estas comunidades e suas demais lideranças, mantendo-as informadas das discussões em pauta na câmara e nos bastidores da política, prestando-lhes conta das posições tomadas e dos serviços realizados, bem como aconselhando-se quanto aos rumos desejados para a continuidade do mandato.

Por fim, deve cada vereador colocar seu mandato a serviço do fortalecimento dos "governos" locais nas terras indígenas, estejam eles estruturados através de associações ou de outras formas próprias de organização política internas às comunidades. O mandato deve servir, assim, como canal de interlocução para a discussão de ações e planos de desenvolvimento, educação, saúde e transporte em nível municipal, que contemplem as terras indígenas e em cujo planejamento e execução as comunidades, as lideranças, as organizações locais e o movimento indígena sejam legítimos coatores.

É através destes processos, coletivos e dialéticos, que poderá se continuar construindo modalidades novas de participação indígena na política local, conquistar espaço no realinhamento das forças políticas e econômicas, tradicionais e emergentes, em curso nos municípios, bem como formar os quadros necessários para assumir os desafios já delineados e aqueles que sem dúvida ainda surgirão ao longo desse caminho, que uma vez aberto não tem mais volta.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2000

- Ashaninka, Poyanawa, Shawãdawa, Kaxinawá e Yawanawá.
- Marechal Taumaturgo, Mâncio Lima, Porto Walter, Tarauacá, Jordão, Feijó e Santa Rosa.
- PT, PC do B, PV, PPB, PMDB e PFL.